

**“Porque sem eles [...] é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...”: os índios remeiros na Amazônia colonial. Um estudo a partir da crônica do padre João Daniel (1741-1776).\***

Elias Abner Coelho Ferreira \*\*

Décio Guzmán \*\*\*

**Resumo:**

Na Amazônia colonial portuguesa (essencialmente o Estado do Maranhão e Grão-Pará), condições ecológicas e geográficas peculiares condicionaram que a mão-de-obra indígena fosse utilizada de forma constante desde os anos iniciais da colonização. Os indígenas eram largamente utilizados nas atividades do dia-a-dia, desde o trabalho nas roças, na edificação de casas e fortalezas, assim também como no de remeiros das canoas e embarcações. Tais condições peculiares desde cedo condicionaram que na região todos os caminhos se fizessem por água, onde os *índios remeiros* se mostram enquanto personagens fundamentais, já que eram indispensáveis para as longas e constantes viagens pelos rios amazônicos, fazendo os intercâmbios entre as várias regiões, tanto entre índios e índios, quanto entre estes e europeus. Nesse sentido, este artigo tem por objetivo fazer uma análise desses índios remeiros, enfatizando a importância que tinham para o trânsito fluvial na colônia portuguesa, percorrendo as únicas “estradas” disponíveis: os rios. Buscamos enfatizar, portanto, que o papel desses índios enquanto mão-de-obra era essencial, e sem os quais a viabilidade do projeto colonial português na região seria em muito comprometida.

**Palavras-chave:** Amazônia colonial; índios remeiros; padre João Daniel; séc. XVIII.

---

\* Este artigo sintetiza parte das discussões desenvolvidas na monografia do autor defendida em 2011, com o título: “O mundo dos rios na Amazônia colonial: um estudo sobre os índios remeiros e os pilotos *Jacumaúbas* na obra do padre João Daniel (1741 – 1776).”

\*\* Autor: Graduado em história pela Universidade Federal do Pará, 2011.

\*\*\* Coautor: É professor da faculdade de história da Universidade Federal do Pará.

## Introdução: A mão-de-obra indígena na Amazônia colonial

“... Os índios são os que cultivam a terra, os que remam as canoas, e com que se servem os brancos; são tãobe os que extraem dos matos as riquezas; os que fazem as pescarias, e finalmente são as mãos e os pés dos europeus. São os prácticos, e pilotos da navegação, e os marinheiros, ou remeiros das canoas, e são tudo: sem eles se não podem roçar as matas, senão podem navegar os rios...”

*Padre João Daniel*

Tornou-se lugar comum nas análises historiográficas sobre a Amazônia colonial portuguesa <sup>1</sup> a ênfase dada em relação à utilização da mão-de-obra indígena pelos europeus. Maria Regina Celestino de Almeida considera que, devido à pobreza de imigrantes na região e de capitais por parte dos colonos, somadas ainda às condições ecológicas e geográficas e a imensa população indígena que habitava a região nos anos iniciais da colonização, a utilização desta enquanto mão-de-obra em potencial iria se constituir enquanto uma alternativa para os agentes coloniais em relação à alegada constante falta de trabalhadores, sobretudo por parte dos colonos, que por boa parte do período colonial travaram ferrenhas *lutas* com missionários – principalmente jesuítas – pelo direito de monopolizar essa mão-de-obra indígena. Esta se constituiria, então, como a “principal riqueza da região” durante todo o século XVII e pelo menos até a segunda metade do século XVIII quando, com a criação da Companhia Geral de Comércio do Maranhão e Grão-Pará (1755-1778) sob a direção de Sebastião José de Carvalho e Melo – o Marques de Pombal –, haveria um maior incentivo por parte do governo português para a introdução de escravos africanos na região, além da considerável diminuição do número de indígenas devido às epidemias e às guerras intertribais para fins de escravização.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> O que chamamos aqui de Amazônia colonial portuguesa é uma área atualmente se aproxima em termos geográficos da Amazônia Legal brasileira, uma região que segundo Antonio Porro, “inclui, além dos estados e territórios que compõem a grande região amazônica (Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima) o oeste do Maranhão, o norte de Goiás e norte de Mato Grosso. Exclui, por outro lado, aquelas porções da bacia amazônica situadas além das fronteiras do Brasil: partes da Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, e Venezuela. Muito embora algumas dessas regiões tenham feito parte, em determinadas épocas da Amazônia chamada brasileira...” PORRO, Antonio. *O povo da Amazônia à chegada dos europeus*. In: **O povo das águas: ensaios de etno-história amazônica**. Rio de Janeiro: Vozes, 1996, pg. 11.

<sup>2</sup> ALMEIDA, M. R. C. de. Trabalho compulsório na Amazônia – séculos XVII-XVIII. **Revista Arrabaldes**, ano I, nº 2, set/dez 1988, pg. 101-117.

Nesse sentido, dada toda a geografia regional e as dificuldades em meio à imensidão da floresta amazônica, João Lucio D’Azevedo diz que, “Por cá o único socorro era o dos índios”<sup>3</sup>. Ao longo desse período a figura dos indígenas passa a assumir um papel cada vez mais significativo, onde eles passariam a ser então “as *mãos* e os *pés* da Colônia, realizando todas as tarefas que garantiam a reprodução da vida”<sup>4</sup>. Isto nos permite evidenciar que a implantação e a manutenção do projeto colonizador português na região amazônica dependeriam substancialmente da força de trabalho dos índios. Estes seriam indispensáveis, devido ser um ambiente onde tudo dependia tanto do conhecimento que eles possuíam sobre a região (geografia, flora, fauna, etc.) e as suas peculiaridades quanto pela “acessibilidade” da sua mão-de-obra, já que inicialmente o número de indígenas era grande. Para Geraldo Mártires Coelho,

“A medida que avançaria a presença portuguesa na região, mais aprofundada ficaria a subordinação do colono ao trabalho do indígena, independentemente de o índio ser ou não escravo. [...] Nesse sentido, e na condição de atividade econômica dependente da decifração dos códigos da floresta, da leitura e do entendimento das múltiplas linguagens da natureza, o extrativismo, como prática de sobrevivência do conquistador, só seria viável em função do índio e da sua sabedoria no trato com o *locus alterius*.”<sup>5</sup>

A dependência do indígena era, pois, evidente e ao longo dos anos ela foi se mostrando cada vez mais. A inserção deles nos povoamentos portugueses (principalmente enquanto trabalhadores) possibilitou que interferissem na configuração da “paisagem” urbana colonial então nascente, participando ativamente da sua construção e sendo agentes diretos de sua transformação. Nesse sentido, Vanice Siqueira de Melo diz que nesses povoamentos,

“... Era conferido aos nativos a responsabilidade para cultivar as terras, colher frutos e drogas e construir fábricas. Assim, constituindo a principal mão-de-obra do Estado, era delegado aos índios o cultivo e a extração dos frutos, fato que os tornava agentes transformadores da paisagem colonial.”<sup>6</sup>

Dada essa importância da mão-de-obra indígena, as disputas entre colonos portugueses e missionários pelo direito de monopolizá-la seriam uma constante no período colonial, o que

<sup>3</sup> AZEVEDO, João Lucio de. **Os jesuítas no Grão-Pará; suas missões e a colonização**. Belém: Secult, 1999, pg. 52.

<sup>4</sup> COELHO, Mauro Cesar. O imenso Portugal: vilas e lugares no vale amazônico. **Revista Territórios e Fronteiras**, v.1 n° 1 – Jan/Jun 2008, pg. 266.

<sup>5</sup> COELHO, Geraldo Mártires. O Anticristo na selva. In: **O Violino de Ingres**. Belém: Paka-tatu, 2005, pg. 210-211

<sup>6</sup> MELO, Vanice Siqueira de. Paisagens, territórios e guerras na Amazônia colonial. **Revista Territórios e Fronteiras**, v.3 n° 2 – Jul/Dez 2010, pg. 15.

acabou resultando em diversos conflitos entre esses personagens e ocasionando até mesmo – somados a outros fatores – a expulsão dos jesuítas do Estado do Maranhão e Grão-Pará por duas vezes no século XVII (uma em 1661 e a outra em 1684), além da expulsão definitiva em 1759 não só do Estado, mas de todas as possessões portuguesas no ultramar.<sup>7</sup>

Em torno dos rios amazônicos desenvolveu-se toda uma estrutura social, comercial e cultural indígena bem antes do início da colonização portuguesa no século XVII. Quando da chegada dos europeus era ao longo dos rios que as aldeias indígenas se concentravam, e é ao longo deles também que os povoamentos portugueses irão se estabelecer durante a implantação da colonização. São os rios, por conseguinte, que integram e que aproximam. É nesse ambiente fluvial que a precisão de índios para remarem as embarcações (barcos, canoas, ubás, etc.) se mostrará sobremaneira importante. Tais embarcações seriam indispensáveis, uma vez que sem elas os habitantes ficariam encurralados em suas povoações sem meios de locomoção essenciais. Seriam as embarcações, portanto, praticamente os únicos meios de transportes para uma região toda recortada de rios e desconhecida da maioria dos europeus. E se por um lado as embarcações eram indispensáveis na Amazônia colonial, por outro o trabalho dos índios como remeiros o era ainda mais. Isto porque eles eram os responsáveis por remar as canoas, impulsionando-as pela água principalmente nas longas viagens ao sertão amazônico à coleta das drogas. Além do mais, estes índios eram os que mais *circulavam* na colônia – mais que outros índios e mesmo que a maioria dos portugueses – e essa mobilidade, portanto, permitia que adquirissem  *muito* conhecimento não apenas profissionais, mas também do que estava acontecendo na colônia e mesmo fora dela. Eram, pois, portadores das notícias que corriam e que chegavam de outras partes, eram também os intermediários entre outros índios e europeus, interagindo com ambos os mundos.

É em relação aos índios remeiros que este artigo pretende discorrer. Se por um lado é verdade que a ênfase sobre a preponderância da mão-de-obra indígena na Amazônia colonial é uma constante nos trabalhos acadêmicos que o abordam, por outro esses trabalhos pouco (ou quase nada) falam sobre as atividades que esses índios desenvolviam, detalhando as *categorias* de índios trabalhadores, o que certamente poderia nos revelar relações de

---

<sup>7</sup> Cf. CHAMBOULEYRON, Rafael. “Duplicados clamores” queixas e rebeliões na Amazônia colonial (século XVII). **Projeto história**, São Paulo, n.33, dez. 2006, p. 159-178.

sociabilidades muitas das vezes aí desenvolvidas e entender como elas se davam e como por vezes eram percebidas ou não por indígenas e europeus.

Desta feita, partimos aqui daquilo que nos últimos anos tem sido chamado de “Nova História Indígena”, procurando desconstruir essa generalização que se operou no tratamento aos povos indígenas do Brasil. Nossa postura adotada considera essas populações como “indispensáveis” e, portanto, como sujeitos históricos “ativos”, e não sociedades “amorfas”, vivendo na pré-história e para os quais caberia apenas *etnografia* e não *história*, como queria Varnhagen<sup>8</sup>. Afirmamos que os indígenas eram sim *agentes de sua história* e não personagens meramente passivos diante do “dominador” estrangeiro, tão somente vítimas ou também “indolente”, segundo dizia Capistrano de Abreu<sup>9</sup>. Neste trabalho, portanto, assumimos a postura de ver *estes* índios como agentes históricos ativos, e personagens fundamentais sem os quais muito do que se forjou no calor da colonização não viria a se prolongar.

O padre jesuíta João Daniel que viveu na Amazônia por alguns anos escreveu uma obra de suma importância sobre a região, o seu *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*, em que, entre muitas outras coisas, retrata cuidadosamente a vida destes e de outros índios, permitindo-nos ver a importância que assumiam para o trânsito na colônia, além das condições de trabalho e as relações sociais e hierárquicas desenvolvidas. É neste documento que nosso trabalho se fundamenta.

### **O padre João Daniel e os índios remeiros.**

Nascido em Travaços, Lisboa, em 1722, João Daniel entrou para a Companhia de Jesus em dezembro de 1739, e embarcou para o Estado do Pará em 1741. Viveu por alguns anos no Estado, de onde seria desterrado em 1757 para Lisboa onde viria a falecer em janeiro de 1776, preso na fortaleza da Barra<sup>10</sup>. Na prisão, João Daniel escreveria sua importante obra: *Tesouro Descoberto no Rio Amazonas*. Nela João Daniel detalha a vida no Estado em vários aspectos, desde a descrição da fauna e da flora regional, passando pela descrição dos rios

---

<sup>8</sup> MONTEIRO, John Manuel. Armas e armadilhas: história e resistência dos índios. In: NOVAIS, Adauto (Org.). **A outra margem do ocidente**. São Paulo: Cia. das letras, 1999, pg. 237-249.

<sup>9</sup> ABREU, J. Capistrano de. **Capítulos de história colonial**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2006, pg. 23.

<sup>10</sup> LEITE, Serafim. **História da Companhia de Jesus no Brasil**. Tomo VIII, 1949, pg. 190.

amazônicos, dos seus habitantes e costumes e as relações entre colonos e índios, enfatizando a utilização destes como mão-de-obra. João Daniel inicia descrevendo a geografia e a história do rio Amazonas, o qual ele diz ser o “máximo dos rios”. Para ele, o gigante rio Amazonas seria muito superior aos rios da África e da Ásia, da Europa e mesmo da própria América. O rio Amazonas seria único, e a sua “singularidade” não seria encontrada em nenhum outro lugar. Como ele enfatiza:

“É sem dúvida o Amazonas o máximo dos rios, sem injúria dos Nilos, Núbias e Zaires da África, dos Eufrates, Ganges e Indos de Ásia, dos Danúbios e Ródanos da Europa, dos Pratas, Orinocos e Mississipes da mesma América, em cujo meio ou centro o Amazonas se [ilegível] gigante, chamado com razão pelos naturais Mar branco, Paraná petinga. E se Júlio César prometia ceder o Império a quem mostrasse a fonte do grande Nilo, qual seria o prêmio a quem lhe apontasse a fonte do máximo Amazonas, em cuja comparação aquele se avaliaria pigmeo, ou pequeno regato, e envergonhado, por não correr parêlas com este, fugiria a esconder-se na sua pequena mãe?”<sup>11</sup>

Neste sentido, João Daniel é enfático ao narrar que o rio Amazonas seria incomparável, tanto em tamanho como em esplendor. No entanto, apesar de tudo isso, o rio seria quase que desconhecido pelos europeus.

Desta feita, tendo em vista que na Amazônia colonial o tráfego se dava basicamente através dos diversos rios que compunham a “malha” fluvial, o uso de embarcações se mostrava essencial. Isso por que, como nos diz Daniel, no Estado “os caminhos, serventia, e viagem são todos por mar, rios, baías e lagos, não só por ser a terra toda cortada de rios, mas porque todas as povoações são nas margens dos rios”<sup>12</sup>. Além do mais, todos os índios tinham as suas embarcações, “para a necessária serventia daqueles muitos rios, e lagos, de que vivem cercados”<sup>13</sup>. De acordo com o jesuíta, “em parte alguma outra, nem região são mais necessárias as embarcações do que na Região do Amazonas”, uma vez que os povoados se concentravam ao longo dos rios<sup>14</sup>, como ele deixa claro. Ou seja, os rios se configuravam, além de um meio de subsistência, um meio imprescindível de comunicação para as populações indígenas que em grande número habitavam suas margens desde antes da chegada dos europeus. Durante o processo de colonização todas essas peculiaridades iriam pouco a

<sup>11</sup> DANIEL, Padre João. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas. **Annais da Biblioteca Nacional**, vol. 95, tomo I, 1975, pg. 27-28.

<sup>12</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 256.

<sup>13</sup> DANIEL, Padre João. Tesouro Descoberto no Rio Amazonas. **Annais da Biblioteca Nacional**, Vol. 95, Tomo II, 1975, pg. 09.

<sup>14</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 30.

pouco se converter enquanto pontos fundamentais, condicionando, assim, que todos os caminhos se fizessem mesmo por água. Por esse motivo, as canoas seriam essenciais, já que sem elas os habitantes ficariam encurralados, sem poder sair para resolver seus negócios, uma vez “que toda serventia é por água em embarcações: são naquela região as embarcações, a que la chamam canoas as calvaguras ordinárias, ou bestas de carga; nem há outros caminhos por terra, em que se possam evitar as viagens dos rios”<sup>15</sup>. Para isso, o trabalho dos índios remeiros era essencial. O trabalho destes, principalmente nas longas viagens ao sertão amazônico em busca das tão afamadas “drogas” é descrita pelo jesuíta de forma peculiar. Como já dissemos, esses índios seriam imprescindíveis, e sem os quais *viver* nessa parte da America portuguesa era praticamente inviável.

As embarcações que viajavam ao sertão eram equipadas com índios remeiros retirados dos aldeamentos missionários. O jesuíta fala de como esses índios eram retirados:

“O modo que usam para tirarem os índios é assim: chegados a qualquer missão, se vão logo presentar ao Missionário, e lhe presentam a Portaria, que levam e em que lhes mandam dar tantos índios, para o Missionário, e logo pelo cacique, ou algum outro oficial público manda chamar os índios, que há mais capazes, e expedidos; e posto que na repartição entram já os meninos de 13 anos para cima, ordinariamente ninguém os quer, senão de 20 para cima; No entanto, que se convocam, que as vezes necessita de dias, para os irem buscar pelos sítios, se aproveitam os brancos de comprar pela povoação algũas farinhas porque ordinariamente nunca delas levam da cidade ou dos seus sítios todo o provimento que costuma ser de 200 para 300 alqueires nestas viagens. Chegados os índios, e ouvidos se tem algum impedimento, e por isso nomeados outros etc. os entrega ao branco, o qual logo passa deles um recibo, que assigna.”<sup>16</sup>

Sendo *aldeados*, esses índios eram *livres*, e como tais deveriam ser remunerados. Sobre a forma de pagamento deles, Daniel diz

“Logo manda vir o pagamento, que costuma ser (té [roto no original] tempo) duas varas de pano grosso de algodão taxado pelos magistrados por cada mês de serviço; e quando o serviço é como este de remar nas canoas, ainda por pagamento de cada dia, seria mui pouco; nestas viagens do sertão o pagamento que ordinariamente costumam dar a cada índio por toda a viagem, que ordinariamente é de 6 té 8 meses são 12 varas de pano grosso de algodão; 2 té 2 e meia, ou 3 varas de Bretanha para camisa; uns calções de bate, ou algũa outra droga, um barrete, um prato de sal, com 6 agulhas em cima, e nada mais, antes as vezes menos...”<sup>17</sup>

<sup>15</sup> DANIEL, padre João. Tomo II, 1975, pg. 102.

<sup>16</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 57

<sup>17</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 57

Tal pagamento deveria ser feito antes da viagem iniciar, já que os índios “não vendem, nem fazem serviço algum, sem o pagamento avista”; e quando os missionários queriam despachar suas canoas ao sertão, os índios “antes de partirem, e antes de embarcarem hão de receber o pagamento, doutra sorte não querem ir”. Isso se dava devido ao fato de que muitas vezes os índios saíam em viagens, trabalhavam por muitos meses e acabavam voltando para “suas missões com as mãos vazias sem pagamento algum”<sup>18</sup>. A antecipação do pagamento era uma forma de garantia, apesar de o ser muito pouco se comparado aos perigos constantes das viagens. Estas sempre foram coroadas dos mais diversos perigos, nos quais os índios eram os principais alvos.

Um desses perigos estaria no que o jesuíta chama de “praga volátil do Amazonas”, que eram os “mosquitos meruins” (*Culicoides sonorensis*). Seus ataques eram bastante penosos para os indígenas, já que por viverem praticamente seminus eram, assim, mais facilmente picados e tinham que agüentar isso durante toda a viagem. Mas nem mesmo com roupas estariam protegidos dos mosquitos, pois assim que o tempo começava a esquentar, eles começavam a tirar as roupas “e assim nus vão sofrendo já os raios do sol, que parecem fogo, e já as chuvas e pior que tudo são as molestísimas pragas dos mosquitos, que pousam e picam à sua vontade”<sup>19</sup>. Diz, pois, o jesuíta que “o mais custoso” na navegação do rio Amazonas,

“... são as mosquetarias, que fazem exasperar os navegantes, caem em chuviros os mosquitos todas as noites por aqueles esteiros sobre os navegantes e nada lhes é obstáculo, por mais toldos, que se fazem, especialmente o mosquito meruim; e o pior é, que nas esperas das águas os aturam a pé quedo sem remédio, e muitas vezes se vem os pobres remeiros em tal consternação, que se vão enterrar na areia deixando só a cara de fora para respirarem e só assim podem dormir, ou descansar de noite...”<sup>20</sup>

Aqui, até mesmo os toldos, como ele diz, não seriam suficientes para a proteção eficaz, e o jeito era enfrentar as viagens assim mesmo. Só por esse único motivo essas viagens já seriam extremamente penosas para esses índios. Mas, além disso, havia também outros inconvenientes e perigos bem maiores, entre os quais estariam os ataques dos índios bravos, principalmente os da nação Mura. João Daniel fala que não havia ano em que não matassem muitos índios, sobretudo remeiros, porque

---

<sup>18</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 90.

<sup>19</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 59.

<sup>20</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 370.

“... já nas canoas que vão ao sertão, ou sejam nas suas feitorias em terra, ou quando navegam: porque eles (Mura) no seguro da terra, no escuro das sombras, e no amparo das arvores muito a seu salvo, vão disparando a mosquetaria das suas frechas nos pobres remeiros”<sup>21</sup>.

Nesses ataques, o jesuíta diz que “quem paga o pato são os pobres índios remeiros, que não tem remédio para se defenderem mais, do que porem por escudo dos seus corpos, os remos, com que vão remando, e quasi sempre nessas ocasiões ficam alguns mortos”; o que quase nunca sucederia com os brancos, que ficavam “refugiados nos camarotes das canoas”<sup>22</sup>.

Pragas de mosquitos e ataques de índios do corso faziam, então, parte do cotidiano das viagens ao sertão, o que sempre as tornava dificultosa para os índios remeiros, assim como os perigos para a saúde e o risco de vida devido ataque de outros animais, como onças e cobras, e das condições climáticas, como chuva ou sol intensos. Além do mais, haveria igualmente o desgaste das próprias viagens, que para o sertão em média durava em torno de seis a oito meses, entre a ida e a volta. Nessas viagens, o trabalho dos índios remeiros se configurava em remar as canoas de dia e de noite com poucas horas para descanso e para dormir, “senão quando muito duas até três horas, não só semanas inteiras, mas também meses”<sup>23</sup>. Isso nos permite observar o quanto esses índios sofreriam em tais viagens, o que para o jesuíta estaria na base da falta de desenvolvimento do Estado. Por outro lado, ele diz que estes índios já estariam acostumados com a jornada, “porque assim que as crianças tem 4, ou 5 anos, já os paes lhes fazem remos à medida da sua pequenez, para que a *teneris* (desde pequenos) se vão acostumando, e exercitando neste oficio”, só assim se acostuariam a remar dias e noites seguidos, sem descanso, quando fossem adultos<sup>24</sup>. É interessante chamar a atenção aqui para o fato de que essa exercitação das crianças falada pelo jesuíta possivelmente possa ser um fator cultural dos indígenas, e não como uma preparação para serem remeiros a serviço dos portugueses, tendo em vista que era um trabalho penoso e do qual, certamente, muitos (se possível) tentariam escapar. Os remos utilizados eram proporcionais aos índios que os remavam, desde os homens, mulheres e mesmo crianças<sup>25</sup>. Esses remos seriam “pás curtas” de cinco palmos de comprimentos por dois de largura, e os índios remariam sentados “nas

<sup>21</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 265.

<sup>22</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 66.

<sup>23</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 202.

<sup>24</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 253.

<sup>25</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 253.

bordas das canoas viradas para diante”, e nisto estariam acostumados desde crianças. Segundo descreve o jesuíta,

“São pois os remos ãas pás curtas, reguladas pelas forças dos remeiros, e à proporção de cada um: porém as maiores serão do comprimento de quatro palmos, e de largura um, e meio até dous, com seu pé para lhe pegarem; e por remate em cima tem ãa como mão fechada proporcionada à palma da mão de cada um...”<sup>26</sup>

Na Amazônia o uso de remos nas embarcações era essencial, uma vez que as muitas árvores e ilhas ao redor dos rios impediriam a utilização dos ventos para ajudarem na navegação com velas<sup>27</sup>. Tendo, dessa forma, tal precisão dos remos para a navegação dos rios amazônicos, João Daniel fala que seria muito curioso o modo dos índios de remar as canoas:

“O modo de remar no Amazonas estas, e todas as mais embarcações também é corioso, porque não usam [remos] de voga compridos, como os da Europa, mas de ãas pás curtas do comprimento v. g. de 5 palmos, e dous de largura, os quaes meneam os índios assentados nos dormentes, ou bordas das canoas viradas para diante, debruçando-se quando os metem na água direita abaixo, e tirando-os, quando se endireitam; e andam nisto tão prácticos, pelo uso, que tem desde mínimos, que aturam meses, e meses contínuos a remar com só algum piqueno espaço da noute para dormir, e enquanto comem; e quando lhes cansa o braço, e mão de baixo, que é o que puxa para trás o remo, se mudam para o outro bordo da canoa, onde já lhe fica o braço cansado por cima: E destes remos é que ordinariamente se fazem as navegações; porque ainda que haja ventos, e mui contínuos, e fortes no Amazonas, ãas vezes não aproveitam, antes impedem por contrários; outras vezes não entram os ventos nos esteiros impedidos do arvoredado das margens, quando são estreitos, ou por entre ilhas, de que abundam muito aqueles rios; e por estas e muitas outras causas não só se valem de remos; mas são necessários muitos para levarem ãa canoa, que sendo das grandes, a que chamam de viagem, necessita de 60, ou mais, que vem [ilegível] banda...”<sup>28</sup>

Assim, os índios remavam assentados pelas bordas das canoas, olhando para adiante, guardando uma proporcionada distância entre uns e outros para poderem “jogar os remos” sem colidir com os companheiros, formando uma cadência ritmada. Como o jesuíta fala, não seria pela falta de vento que fazia os usos dos remos imprescindíveis, mas sim o impedimento das árvores que margeavam os rios. Desta forma, é interessante a descrição que Daniel faz da imagem das canoas e dos índios remando:

<sup>26</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 253.

<sup>27</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 40.

<sup>28</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 40.

“Com este modo de remos, e remar parecem as canoas uns cágados, cujas mãos são os remos, em que os índios andam tão destros, que ainda que as canoas sejam toda a viagem, e tenham 20 remos por banda, ou mais, os movem tão uniformes, como se os puxara um só índio, ou ãa só mão. Cada vez que tiram os remos da ágoa, e levantam os corpos, dão com eles ãa pancadinha no bordo, cujo som muito uniforme e conforme arremeda o das danças dos paos, ou cajados, cujas pancadas variam ao mesmo passo, e compasso, que variam o modo de remar; porque também no remar usam de vários modos, já pausados, e já apressados: umas vezes dão 3 remadas aceleradas, e de terno em terno ãa pancadinha; outras vezes, além das pancadas, levantam os remos, e com eles floream no ar, e com ar: semelhantes a estes tem muitos outros brincos, com que vão enganando o trabalho, e divertindo os passageiros. E para todos eles dão o compasso os proeiros, ora um, ora outro, que abaixo dos jacumaúbas tem o primeiro lugar nas canoas; de sorte que morrendo algum dos dous pilotos, ou jacumaúbas, sucede em seu lugar um dos proeiros, conforme a sua antiguidade.”<sup>29</sup>

João Daniel chama a atenção para o fato de que sendo grande a precisão de índios para remarem as canoas, a praxe de navegar os rios amazônicos consistiria, sobretudo, em ter cada morador um bom número de escravos “porque sem eles, suposta a falta de economia que usam, é impraticável a sua serventia, e viverem como presos, e cercados nas cidades, povoações, e nos seus sítios; é não terem asas para voar, nem pés para caminhar...”<sup>30</sup>. Por outro lado, ele fala de “escravos”, mas havia uma diferença entre quem seriam os escravos e os ditos *livres*, e as viagens ao sertão eram feitas basicamente com esses últimos, já que eram remunerados para isso. Assim, pode-se em um primeiro momento ter noção do que significava o trabalho desses índios em particular.

Sendo bastante longas, as viagens ao sertão transcorriam com várias paragens pelo caminho, até chegar ao local onde as drogas seriam finalmente coletadas. Seriam nessas paragens onde atracavam para “esperar maré” que os índios também iriam caçar e pescar para se alimentarem, e possivelmente descansarem até a partida e retorno da viagem. Tais viagens, portanto, seriam, desde o início, extremamente penosas, o que acabava fazendo com que muito índios fugissem a nado. João Daniel nos diz que alguns índios, como os Mamainases, por exemplo, teriam refinado uma técnica que lhes permitia escapar das canoas de “modo galante” quando achavam que era necessário. Segundo ele,

“Como no seu modo de remar dobram os corpos quando lhes parece o dobram de modo, que mergulham, indo de cabeça abaixo, o remo nas mãos, e vão surgir abaixo a uma boa distância; e depois ou se encostam a terra,

<sup>29</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 253-254.

<sup>30</sup> DANIEL, Padre João. Tomo II, 1975, pg. 150.

onde fazem uma ligeira jangada, ou servindo-se do remo por barco, navegam para a sua aldeia. Também quando lhes parece desertam da aldeia, e se vão meter, e esconder nos matos, principalmente quando se temem de alguma tropa, ou serviço maior, que muitas vezes se oferece. E de tal sorte se escondem por aquelas ilhas, que nem que se busquem com cães de caça, se acham até lá se resolverem a voltar para a sua missão; e alguns há, que por lá vivem anos, e anos, e outros morrem sem que os seus missionários o saibam. São excelentes caçadores, e fura mato, e os melhores pescadores, quando querem; porém não querendo, se escondem, e fazem jejuar os missionários.”<sup>31</sup>

Isso demonstra, antes de tudo, uma forma de não aceitação e submissão às vontades do europeu colonizador que no mais das vezes acabava escravizando um índio livre, e é revelador do que chamamos a atenção no início deste trabalho: de que os índios foram personagens ativos no período colonial, que tinham suas próprias concepções e que sabiam agir segundo elas. Segundo nos diz Patrícia Melo Sampaio,

“En la medida de sus posibilidades, los indios se negaban a realizar el viaje, escapando del reclutamiento en su propia población o huyendo a la mitad del camino. Sin embargo, era posible que esto no sucediera, sobre todo cuando se transformaban en guías y pilotos muy calificados para la jornada (...) Recurrir a estos trabajadores [remeiros] ayudaba a reducir los costos, ya que sus sueldos eran menores, permitiendo que un mayor número de personas participara en el convoy. Sin embargo, en la práctica, significaban grandes pérdidas debido a sus escapes repetidos...”<sup>32</sup>

O escape dos índios remeiros, portanto, não seria difícil de acontecer na medida em que as viagens se mostravam cada vez mais custosas, o que ocasionava perdas para os portugueses que se viam com a falta de uma mão-de-obra essencial. Por outro lado, isso não acontecia quando os índios se transformavam “en guías y pilotos muy calificados para la jornada”.

Tanto quanto os índios remeiros (e quem sabe até mais) os índios práticos, também chamados de pilotos ou *jacumaúbas* (ou *jacumaíbas*), eram extremamente importantes nesse ambiente de rios, já que eram os únicos que detinham o conhecimento dos caminhos fluviais. Segundo Décio de Alencar Guzmán, eles seriam os guias dos caminhos fluviais, os pilotos “práticos”, os quais

<sup>31</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 272-273.

<sup>32</sup> SAMPAIO, Patrícia Melo. Remédios contra la pobreza. Trabajo indígena y producción de riqueza en la Amazonia portuguesa, siglo XVIII. **Frontera de la História**, vol. 9, 2004, pg. 34-35.

“... eram os peritos insubstituíveis da geografia fluvial. Eram essenciais para qualquer expedição fluvial no Amazonas. Sem sua ajuda, ninguém se aventurava nas correntes e marés, ninguém navegava às cegas entre o fluxo de maré e os bancos de areia, muito freqüentes. Para determinar a posição exata dos lugares e vilas no interior labiríntico dos rios e florestas, recorria-se aos índios e ‘caboclos’ velhos. Nas grandes expedições pelo ‘sertão’ estes homens tornavam-se indispensáveis. Estes índios ou mestiços possuidores do conhecimento preciso ou aproximado dos caminhos fluviais de chamavam *jacumaúbas* ou *jacumaíbas*. Eram – e continuam sendo – os hábeis pilotos das canoas, igarités, jangadas, vigilengas, montarias, cobertas, ajoujos, barcas e barcaças, entre outras.”<sup>33</sup>

Os *jacumaúbas*, portanto, tinham um papel fundamental, uma vez que detinham um conhecimento precioso sobre a geografia e as condições básicas da navegabilidade dos rios. Para o padre João Daniel, apesar dessa “vastidão de ágoas”, o rio Amazonas seria perigoso para a entrada de frotas e navios, tendo em vista que haveria muitos “baixos”, que “fazem arear ainda os mais práticos pilotos”. E seria mais difícil ainda porque esses baixos seriam mutáveis, estando uma hora em um lugar e em outra hora em outro, impedindo que se pudesse prevenir durante as viagens<sup>34</sup>. Apenas com o conhecimento e a experiência dos pilotos era que as viagens poderiam ser feitas de formas seguras. É nesta perspectiva, pois, que a geografia do rio, a instabilidade dos leitos e dos cursos, fazia com que a presença do piloto *jacumaúba* fosse sempre requisitada para todas as viagens. Isso conferia certa autoridade a esses pilotos, o que os fazia respeitados em suas nações, fazendo com que sobressaíssem sobre os demais índios, até mesmo os remeiros e principais das aldeias. Portanto, o prestígio desses índios se mostra significativo, tanto dentro do universo indígena quanto dentro do sistema urbano português colonial, na configuração e continuidade da nova ordem colonial, e, sobretudo, na fluidez do tráfego fluvial.

Por outro lado, o trabalho dos *jacumaúbas* não era tão pesado como os dos remeiros, e durante as viagens consistia basicamente em controlar o leme da embarcação, o *jacumá*. Apesar disso, era uma função extremamente importante – se não a mais – já que eram eles que controlavam o rumo da embarcação, desviando-a pelos melhores e mais seguros caminhos, livrando-a dos numerosos perigos e armadilhas que os rios sempre ocultavam, tais como os bancos de areia. Além disso, os preciosos conhecimentos que tinham da geografia

<sup>33</sup> GUZMÁN, Décio de Alencar. A primeira urbanização: mamelucos, índios e europeus nas cidades pombalinas da Amazônia, 1751-1757. **Rev. Cult. Pará**, vol. 18, nº 1, jan/jun 2008, pg. 86-87.

<sup>34</sup> DANIEL, Padre João. Tomo I, 1975, pg. 48.

dos rios e seus inúmeros braços, furos, ilhas, etc., era capital. A experiência que tinham das viagens (já que desde cedo eram *treinados* para isso) era igualmente importante.

Segundo Almir Diniz, na volta da viagem, alguns índios preferiam ficar nos sítios dos brancos a voltar para suas aldeias de origem, por estarem já muito “praticados” pelos portugueses; isso porque,

“Pilotos e remeiros, principalmente os primeiros, eram peças fundamentais para a economia da região. Tê-los sempre à mão poderia significar oportunidade única para o empreendimento das canoas. Portanto, ao serem “praticados” algum retorno deveriam receber por migrarem para as propriedades dos moradores. Praticar, neste caso, era sinônimo de seduzir. De qualquer forma, a decisão, muito provavelmente, era deles.”<sup>35</sup>

A paisagem urbana colonial, nesse sentido, era profundamente modificada devido ao trabalho que era desenvolvido por remeiros e pilotos. A utilização da mão-de-obra desses índios permitia que eles integrassem os povoamentos portugueses enquanto personagens ativos e modificadores da paisagem urbana. Em um contexto no qual a afirmação e consolidação de fronteiras – devido ao contexto da assinatura do Tratado de Madri – se mostravam urgentes, esses índios possuíam uma função sócio-política que era fundamental, já que além do trabalho de remeiros e pilotos, eram igualmente portadores de conhecimentos essenciais que os portugueses não possuíam, tanto sobre a região quanto sobre as informações do que estava acontecendo fora dela; sabiam de estratégias e planos. Eram, pois, portadores das notícias que corriam e que chegavam de outras partes, eram também os intermediários entre outros índios e europeus, interagindo com ambos os mundos, sendo, pois intermediários entre índios e índios, e entre índios e brancos. Estes índios tiveram, assim, a garantia da livre circulação, tanto no mundo indígena como no mundo dos brancos – integrando-os, de certa forma. Desse modo, sócio-politicamente, remeiros e pilotos também passam a ser agentes dessa ocupação e, por conseguinte, da afirmação portuguesa na região amazônica. Como diz Décio Guzmán,

“Vemos logo que são estes *jacumaúbas* os homens que faziam funcionar, com a ajuda de outros trabalhadores, o sistema urbano português de vilas, cidades e lugares na Amazônia do Antigo Regime Colonial. São talvez estes mesmos homens um dos tipos sociais mais representativos de todo o sistema urbano à época. Eles expressam com suas atividades as características mesmas da vida urbana desta época. Eles conectam, interligam, enquanto

---

<sup>35</sup> CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. **Índios cristãos: a conversão dos gentios na Amazônia portuguesa (1653-1769)**. Tese de Doutorado. Campinas, SP: [s.n.], 2005, pg. 244.

servem de ponto de apóio nas relações entre europeus e indígenas, consolidando a sociedade amazônica em formação.”<sup>36</sup>

Como procuramos evidenciar no início, a mão-de-obra dos índios remeiros e dos índios práticos *jacumaúbas* se mostra, portanto, fundamental. Uma vez que, se por um lado sem os remeiros ficariam os moradores “presos” nas povoações sem poder se locomover, por outro lado, sem os pilotos ficariam “perdidos” pelos rios amazônicos sem poder se guiar. Eram, nesse sentido, categorias de trabalho essenciais e que se complementavam, e que contribuíram significativamente para a continuidade do projeto colonial português na Amazônia.

---

<sup>36</sup> GUZMÁN. *Op. cit.* pg. 90.